



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER DO RELATOR**

**Projeto de Lei n.º 14/2025**

**Autoria: Poder Executivo Municipal**

**Ementa:** Cria o Selo de Inspeção Municipal (SIM) e dispõe sobre sua afixação em produtos e embalagens de estabelecimentos registrados no Município de Cacimba de Areia - PB.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de análise, por esta Comissão, do Projeto de Lei nº 14/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que tem por objetivo instituir o Selo de Inspeção Municipal – SIM, como instrumento de controle sanitário e de regularização da produção e comercialização de produtos de origem animal e vegetal no âmbito do Município de Cacimba de Areia – PB.

A proposta estabelece diretrizes para o funcionamento do serviço de inspeção, os critérios para concessão do selo, bem como a obrigatoriedade de sua afixação nas embalagens e rótulos dos produtos elaborados por estabelecimentos devidamente registrados no município

O projeto foi encaminhado a esta Comissão para análise quanto aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos e de técnica legislativa, nos termos regimentais.

É o relatório.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A Constituição Federal, confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. A criação do Selo de Inspeção Municipal insere-se justamente nesse contexto, pois visa à proteção da saúde pública e ao incentivo à formalização da produção local de alimentos.

A legislação federal e normas do Ministério da Agricultura e da Anvisa, reconhecem os serviços de inspeção municipal como legítimos e essenciais à garantia da qualidade dos produtos de origem agropecuária.

O SIM é um instrumento de grande relevância para os pequenos produtores e agroindústrias locais, promovendo o desenvolvimento econômico do município, agregando valor à produção rural e oferecendo maior segurança alimentar à população consumidora.

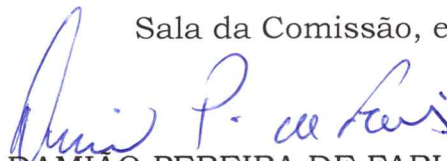
No aspecto formal, a iniciativa do Chefe do Poder Executivo é legítima, pois se trata de matéria de competência administrativa e organizacional, sendo observada também a boa técnica legislativa.

No mérito jurídico, não se verifica qualquer vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, sendo o projeto plenamente compatível com a Constituição Federal, a legislação infraconstitucional e os princípios da administração pública, como o da eficiência e da legalidade.

**III – VOTO DO RELATOR**

Diante de todo o exposto, **voto pela REGULAR TRAMITAÇÃO do Projeto de Lei nº 14/2025**, por entender que a proposição encontra-se revestida de regularidade formal e material, observando os princípios da legalidade, da iniciativa privativa e da boa técnica legislativa.

Sala da Comissão, em 30 de julho de 2025.

  
**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS**  
Relator





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA**  
**CASA JUSTINIANO FERREIRA DOS SANTOS**

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**

**Parecer da Comissão**

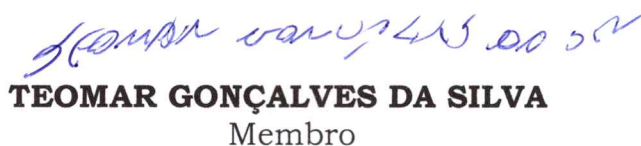
A **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, em sessão de 30 de julho de 2025, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Executivo n.º 14/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores  
**RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA** – Presidente  
**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS** – Relator  
**TEOMAR GONÇALVES DA SILVA** – Membro

Sala das Sessões em, 30 de julho de 2025.

  
**RAFAEL XAVIER CEZAR DA NOBREGA**  
Presidente da Comissão

  
**DAMIÃO PEREIRA DE FARIAS**  
Relator

  
**TEOMAR GONÇALVES DA SILVA**  
Membro